

O PAPEL DO INTELLECTUAL NAS LUTAS SOCIAIS SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT

Igor Corrêa de Barros¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as reflexões de Foucault sobre o papel do intelectual nas lutas sociais. Para enfrentar essa intrincada e ampla questão, exploramos, inicialmente, a noção de intelectual específica. Em seguida, apresentamos as reflexões de Foucault e Deleuze acerca do papel do intelectual. Por último, examinamos a crítica que Foucault faz à prescritividade presente na maioria dos programas políticos. Nossa análise demonstra que, na perspectiva foucaultiana, a tarefa do intelectual consiste em apresentar o campo de possibilidades existentes. Assim, concluímos que a função atribuída ao intelectual por Foucault está associada à sua concepção da filosofia como prática de problematização do presente.

Palavras-Chave: Foucault; Deleuze; Intelectuais.

ABSTRACT: This article aims to analyze Foucault's reflections on the role of the intellectual in social struggles. To address this intricate and broad question, we initially explore a specific notion of intellectual. Next, we present Foucault and Deleuze's reflections on the role of the intellectual. Finally, we examine Foucault's criticism of the prescriptiveness present in most political programs. Our analysis demonstrates that, from Foucault's perspective, an intellectual's task is to present the field of existing possibilities. Thus, we conclude that the function attributed to the intellectual by Foucault is associated with his conception of philosophy as a practice of problematizing the present.

Keywords: Foucault; Deleuze; Intellectuals.

Introdução

Michel Foucault é um dos nomes mais potentes da filosofia contemporânea e dispensa apresentações. Para o autor, além de temas tradicionais do século XX, como o ser e a verdade, uma questão é imposta de forma amarga para a filosofia: os excessos de poder dos regimes totalitários. Essas “formas patológicas” ou “doenças do poder” que levam, nos regimes, os efeitos do poder a dimensões inimagináveis, tornando-os um perigo perturbador que nos ameaça e intimida. Para o filósofo francês, cabe à filosofia, entre outras coisas, denunciar as práticas coercitivas de poder e encontrar as linhas de fuga necessárias e possíveis (FOUCAULT, 1994).

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). E-mail: igorcbarros21@gmail.com.

O contínuo interesse de Foucault por essas “formas patológicas” de poder pode ser interpretado como um meio de denúncia e resistência. Não há dúvidas de que essa resistência ultrapassa o âmbito teórico: na vida do autor, teoria e prática sempre estiveram entrelaçadas. Foucault atuou junto ao movimento antimanicomial, lutou pelos direitos da comunidade hoje denominada LGBTQIAPN+, e também pela proteção dos direitos humanos.

Gilles Deleuze está entre os filósofos franceses que ganharam destaque no século passado. Assim como Foucault, o autor também é conhecido por sua atuação nas causas sociais e nos debates políticos e intelectuais que animaram a França na década de 1970. “Seus escritos filosóficos atestam seu espírito rebelde e sua aversão à toda forma de poder e de opressão”, afirma o historiador François Dosse (2010, p. 151).

Deleuze esteve ao lado de Foucault em vários movimentos, inclusive no GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões). O GIP foi um grupo formado por pessoas de diversas áreas e tinha por objetivo saber o que realmente acontecia nos presídios para, então, dar voz aos detentos e desmascarar os abusos de poder, tão característicos do sistema prisional. Para isso, foram feitas entrevistas com pessoas que, por algum motivo, passaram pelo presídio ou conheciam aquela realidade.

Segundo Dosse (2010), mesmo acometido por problemas respiratórios, Deleuze foi imediatamente seduzido pelo modelo de organização aplicado no GIP, “que parecia encarnar um grupo voltado a uma resistência prática e eficaz que, ao mesmo tempo, havia rompido com toda forma de centralismo e de burocracia e que se definia como uma microestrutura” (DOSSE, 2010, p. 156). Os intelectuais que contribuíram para a construção do GIP não atuavam como uma consciência representativa, mas buscavam dar voz aos detentos que vivenciavam os abusos de poder cometidos pelo sistema prisional. Em uma aula ministrada na Universidade de Paris, em janeiro de 1986, Deleuze afirmou que “o GIP desenvolveu um dos únicos grupos de esquerda, funcionando sem centralização [...] Foucault conseguiu não se comportar como um líder” (DELEUZE, 1992, p. 30). Nessa fala de Deleuze, observa-se que Foucault e os outros intelectuais franceses procuraram atuar no GIP de maneira prática e pontual, e não como uma espécie de liderança conscientizadora como os intelectuais estavam habituados a fazer.

Este artigo propõe um minucioso exame das considerações de Foucault acerca do papel do intelectual nas causas sociais, e também das principais críticas que o autor fez à prescritividade presente na maioria dos programas políticos.

O intelectual universal e o intelectual específico

O papel do intelectual foi uma pauta muito discutida na França após os eventos de maio de 1968. Foucault e Deleuze debateram o tema e chegaram ao consenso de que estava terminada a era do intelectual universal e caberia a nós, hoje, definir a função do intelectual específico. Nesta seção, apresentaremos a diferença entre o intelectual específico e o intelectual universal.

Em uma entrevista intitulada *Verdade e poder* (2014) Foucault faz uma análise da ação dos intelectuais na sociedade. Segundo o autor, por muito tempo o intelectual de esquerda, principalmente o intelectual marxista, tomou a palavra como um representante universal da verdade. Ele pretendia se fazer ouvir como um representante de todos. “O intelectual seria a figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva” (FOUCAULT, 2014, p. 46). Ou seja, o intelectual universal atuava como uma espécie de “consciência de todos”.

O intelectual universal é também um guardião, pois ele fala em nome dos valores e das normas universais. De fato, Foucault, ao longo de toda sua carreira, rejeitou o perigo das verdades universais, das teorias globais, e das prescrições normativas, associadas por ele às técnicas de normalização e aos dispositivos disciplinares. “A busca por uma forma de moralidade aceitável para todos, no sentido de que todos deveriam se submeter a ela, atinge-me como uma catástrofe” (FOUCAULT, 1998, p. 254). Com a rejeição da universalização dos valores, Foucault também rejeita a ideia do intelectual guardião ou intelectual universal.

Com isso, Foucault defende que estava terminada a era do intelectual universal. O autor acredita que, após a segunda guerra mundial, os intelectuais se habituaram a trabalhar não no universal, como “justiceiros” ou “consciência de todos”, mas em setores específicos da sociedade. Foucault acredita que, com isso, “os intelectuais ganharam uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas” (FOUCAULT, 2014, p. 46). É o que o autor chamou de intelectual específico em oposição ao intelectual universal.

Segundo Foucault (2014), o intelectual universal era o grande escritor por excelência: “no momento em que a politização se realiza com base na atividade de cada um, o limiar da escritura como marca sacralizante do intelectual desaparece” (FOUCAULT, 2014, p. 47). Dessa forma, médicos, psiquiatras, sociólogos e trabalhadores, cada um em seu próprio setor, puderam participar do que Foucault chamou de “politização global dos intelectuais” (FOUCAULT, 2014, p. 47). Vivemos atualmente o desaparecimento do grande escritor, afirma Foucault (2014,

p. 47). Cabe-nos, hoje, definir a função do intelectual específico, termo que será conceituado a seguir.

O intelectual específico não é o portador dos valores universais, ele não fala em nome de uma massa manipulada pela burguesia. “Ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdades em nossa sociedade” (FOUCAULT, 2014, p. 52). O intelectual específico é também um intelectual setorial, isto é, ele atua de acordo com sua situação particular, com seu laboratório, com sua vivência. O intelectual específico não é a consciência de todos, ele é alguém que atua nas lutas das minorias sociais² e fala em nome de uma situação particular. O intelectual específico é o psiquiatra que participa do movimento antimanicomial, ou a socióloga que denuncia casos de racismo, por exemplo.

Para Deleuze (1992), é preciso desconstruir um preconceito existente nas instâncias da prática política: a ideia de que o único saber legítimo é o dos intelectuais, e que, por isso, somente eles estariam aptos a analisar de forma crítica o que acontece na sociedade. Deleuze afirma que as camadas populares não necessitam dos intelectuais para compreender a dinâmica da realidade. Ocorre que o saber de um intelectual é sempre fragmentário. “O que existe são os atos provocativos por meio dos quais, os operários, os loucos, os prisioneiros, os negros e os homossexuais passam a revoltar-se contra as situações de opressão não de um sistema, mas sim de uma sociedade normalizadora que sempre rechaça a diferença” (SOLER, 2012, p. 222). Esses atos não são organizados a partir do conhecimento do intelectual universal, nem são frutos de uma conscientização coletiva, mas sim o indicativo de uma resistência direta e objetiva contra os dispositivos de poder.

Em *Conversações* (1992), Deleuze analisa a atuação do intelectual específico nas lutas minoritárias:

Foucault dizia que o intelectual deixou de ser universal para tornar-se específico, ou seja, não fala mais em nome de valores universais, mas em nome de sua própria competência e situação [...] Que os médicos não tenham o direito de falar em nome dos doentes, e que tenham também o dever de falar, como médicos, sobre problemas políticos, jurídicos, industriais, ecológicos; vai nesta linha a necessidade de se criarem grupos no espírito de 68, unindo, por exemplo, médicos, doentes, enfermeiros. São grupos multivocais. O Grupo de Informação sobre as Prisões organizado por Foucault e Defert foi

² Em seus textos, Foucault utiliza o termo “lutas locais” para se referir às lutas de grupos minoritários, como o feminismo, o hoje denominado movimento LGBTQIAPN+, e o movimento negro, por exemplo. Devido à proporção que essas lutas alcançaram nas últimas décadas, achamos mais prudente substituir o termo “lutas locais” por “lutas das minorias sociais” ou “lutas setoriais”.

um desses grupos: é o que Guattari chamava de “transversalidade”, por oposição aos grupos hierarquizados onde qualquer um fala em nome dos outros [...] O que significa então falar em seu próprio nome e não pelos outros? Evidentemente não se trata de cada um ter sua hora da verdade, nem escrever suas Memórias ou fazer sua psicanálise: não é falar na primeira pessoa do singular. É nomear as potências impessoais, físicas e mentais que enfrentamos e combatemos quando tentamos atingir um objetivo, e só tomamos consciência do objetivo em meio ao combate (DELEUZE, 1992, p. 110–111).

Nota-se, portanto, que o intelectual específico não se coloca em uma posição de liderança nas mobilizações, mas procura atuar de maneira prática e pontual.

Soler (2012) afirma que as lutas das minorias sociais estão intimamente relacionadas à atuação do intelectual específico. Essas manifestações, chamadas por Soler de lutas imediatas, são manifestações diretas contra os diversos dispositivos de poder espalhados pela sociedade. “As lutas imediatas não estão interessadas em vislumbrar o momento futuro, mas intensificar a urgência dos acontecimentos que são da ordem do tempo presente, isto é, são histórias imediatas que se desenrolam entre um confronto e outro” (SOLER, 2012, p. 226). Dessa forma, segundo Soler, um dos papéis do intelectual específico é intensificar as estratégias presentes nas lutas imediatas.

O intelectual específico é um crítico do presente. Cabe a ele atuar nas lutas cotidianas e questionar a forma como a atividade política é realizada. Se admitirmos que o intelectual específico nos dias de hoje é mais do que uma caricatura, “na medida em que age não a partir da universalidade, mas nas singularidades dos acontecimentos, podemos situar o seu estatuto não pelo engajamento, mas por uma estratégia política voltada para a transversalidade das lutas” (SOLER, 2012, p. 223). A função do intelectual específico é problematizar velhos padrões e encontrar novas formas de vivenciar a política.

Para Foucault (2014), os resultados positivos obtidos pela luta antimanicomial provaram que as lutas setoriais não são um erro. A atuação dos psiquiatras foi fundamental para a causa. Segundo o autor, seria perigoso desqualificar o saber dos psiquiatras:

Sob pretexto de que se trata de um problema de especialistas que não interessa às massas (o que é duplamente falso, pois não só elas têm consciência deles como também neles estão implicados) ou de que ele serve aos interesses do Capital e do Estado (o que é verdade, mas mostra, ao mesmo tempo, o lugar estratégico que ele ocupa) ou ainda de que ele veicula uma ideologia cientificista (o que nem sempre é verdade e tem apenas uma importância secundária com relação ao que é primordial: os efeitos específicos dos discursos verdadeiros) (FOUCAULT, 2014, p. 52).

Como podemos observar na passagem anterior, Foucault acredita que as lutas setoriais não estão desassociadas das lutas de classes. Para o autor, as lutas dos intelectuais específicos possuem efeitos que extrapolam os níveis setoriais, atingindo os dispositivos de poder e o regime de verdade que atuam em toda a sociedade.

Em resumo, Foucault afirma que estava terminada a era do intelectual universal. Os intelectuais se habituaram a atuar não mais como uma espécie de consciência de todos, mas de modo setorial, de acordo com sua experiência particular.

Foucault e Deleuze: um debate sobre o papel do intelectual

Em uma conversa intitulada *Os intelectuais e o poder*, que compõe a versão brasileira da *Microfísica do poder* (2014), Foucault e Deleuze debatem sobre a relação entre teoria e prática e procuram definir o papel do intelectual nas lutas sociais.

No início da conversa, Deleuze analisa a relação entre teoria e prática. “Às vezes se concebia a prática como uma aplicação da teoria; às vezes, ao contrário, como devendo inspirar a teoria” (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 129). Segundo Deleuze, a relação teoria-prática foi, por muito tempo, idealizada como um processo de aplicação, isto é, a prática foi concebida como a aplicação da teoria, ou como uma inspiração para novas teorias. Para o filósofo, a relação teórico-prática não é apenas de aplicação, mas de revezamento. Na ação do intelectual, não há apenas uma aplicação da teoria, mas o revezamento entre uma multiplicidade de componentes que são ao mesmo tempo teóricos e práticos.

Com isso, Deleuze destaca o revezamento entre a teoria e prática na ação de Foucault. Deleuze cita o GIP como exemplo. O autor sublinha que primeiro Foucault analisou de forma teórica a reclusão nos asilos psiquiátricos e, posteriormente, encontrou no GIP uma forma de dar voz às pessoas que estão reclusas nas prisões. “Não havia aplicação, nem projeto de reforma. Havia uma coisa totalmente diferente: um sistema de revezamentos em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos” (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 130). Na atuação de Foucault no GIP, não havia só aplicação da teoria na prática, mas um revezamento entre as duas. Por isso, a teoria é também uma prática, não totalizadora, mas local e regional.

Para Deleuze, o intelectual deixou de ser uma voz representante ou representativa da consciência de todos. “Não existe mais representação, existe só ação: ação teórica, ação prática em relações de revezamento ou em rede” (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 130). Dessa

forma, Deleuze e Foucault concordam que o intelectual não é mais o guardião dos valores universais, nem o conscientizador das massas. O intelectual específico, como define Foucault, tem outro papel a ser cumprido na sociedade. Qual seria esse papel?

Na conversa com Deleuze, Foucault defende que não cabe ao intelectual dizer o que as massas devem fazer. “Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem” (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 130). Segundo Foucault, o poder penetra toda a sociedade e censura certos discursos e saberes. A ideia de que o intelectual deve atuar como agente e “consciência de todos” também faz parte dessa censura. Sendo assim, mais do que se colocar como um líder das massas, o que o intelectual precisa é lutar ao lado delas. É preciso dar voz às pessoas que não têm chance de expressar suas necessidades e seus saberes, defende Foucault (2014).

Segundo Foucault (2014), o papel do intelectual não é ficar na “retaguarda”, ou promover uma tomada de consciência, mas ajudar no enfrentamento de um sistema de poder e hierarquização do qual ele faz parte. A teoria não deve ser totalizante e não se separa da prática. Sendo assim, o intelectual deve atuar na luta onde ela acontece, onde o poder é mais insidioso. Mais do que dizer o que é bom ou ruim, ou do que prescrever ações, é preciso dar voz e protagonismo aos que estão silenciados e escutar os contradiscursos de quem vivencia os problemas sociais, como as injustiças e abusos sofridos pelos trabalhadores.

De fato, é uma opção metodológica de Foucault substituir a tentativa de elaboração de princípios normativos pela análise da ação real e não totalizante dos mecanismos de poder. Foucault deixou claro que não pretendia prescrever comportamentos e ações, mas produzir um saber que pudesse servir como “caixa de ferramentas” para aqueles que ousam enfrentar o poder; essas lutas são processos históricos e contingentes de contestação e enfrentamento do poder (FOUCAULT, 2014). Dessa forma, não faria sentido criar normas universais de fora dos processos nos quais os indivíduos estão implicados. Os indivíduos, situados em um determinado tempo e realidade, é que devem decidir pelo que é necessário lutar e quais as melhores maneiras de se fazê-lo. Nas palavras do autor:

É inteiramente verdade que me recuso – quando escrevo um livro – a tomar uma posição profética que consiste em dizer às pessoas: eis aí o que vocês devem fazer; ou então, isso é bom, isso não é bom. Eu lhes digo: eis como, grosso modo, parece-me que as coisas aconteceram, mas as descrevo de tal maneira que as vias de ataques possíveis sejam traçadas. Mas nisso, não forço nem coajo ninguém a atacar. É uma questão que me concerne pessoalmente quando decido sobre as prisões, asilos psiquiátricos, isso ou aquilo – me lançar

em um certo número de ações. Digo então que a ação política pertence a um tipo de intervenção totalmente diferente dessas intervenções escritas e livrescas; é um problema de grupos, de engajamento pessoal e físico. Não se é radical por se ter pronunciado algumas fórmulas, não, a radicalidade é física, a radicalidade concerne à existência (FOUCAULT, 2010, p. 281).

Como podemos analisar na passagem acima, Foucault substituiu a normatividade e a prescritividade pela descritividade e particularidade como forma de recusa e crítica às teorias totalizantes e universais. Na visão política de Foucault, a fala do filósofo não deve ser normativa. “O papel de um intelectual não é o de dizer aos outros o que eles têm de fazer. O trabalho de um intelectual não é o de modelar a vontade política dos outros” (FOUCAULT, 2017, p. 159). A tarefa do intelectual, sublinha o pensador, reside em apresentar o campo de escolhas existentes.

No debate com Deleuze, Foucault afirma que o poder não se resume a uma estrutura global de censura. Onde há poder, ele se exerce. “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 138). O inverso também é igualmente verdadeiro, destaca Deleuze: “o movimento atual tem muitos focos, o que não significa fraqueza e insuficiência, pois a totalização pertence sobretudo ao poder” (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 138). Assim como o poder não é totalizante, a resistência também não o é, pois onde há poder, há resistência.

Os autores acreditam que o intelectual específico atua de forma setorial, pois cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder. Foucault sublinha que as lutas setoriais dos intelectuais específicos são tão importantes quanto as lutas de classe, e não podem ser resumidas a elas. O autor observa que as lutas dos grupos minoritários não se opõem à luta do proletariado; ao contrário, as lutas minoritárias contra a dominação, mesmo que de forma indireta, são aliadas do proletariado, pois se o poder é exercido como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista:

As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes no hospital, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E, na medida em que se devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado. Isso quer dizer que a generalidade da luta certamente não se faz por meio da totalização teórica, da “verdade”. O que dá

generalidade à luta é o próprio sistema do poder, todas as suas formas de exercício e aplicação (DELEUZE; FOUCAULT, 2014, p. 141-142).

Nota-se, portanto, que as lutas dos grupos minoritários disseminadas pelos vários pontos do campo social atacam e ameaçam o regime de exploração econômica capitalista não pela tomada direta dos meios de produção, mas pela intermitência dos dispositivos de dominação e do regime de verdade utilizados pelo regime capitalista. Dessa forma, seria um erro desqualificar a atuação do intelectual específico, como se as lutas setoriais estivessem desassociadas da luta de classes.

Para Foucault (2010), há um desconhecimento da forma estratégica que recobre as relações de poder e os processos de resistência; seria necessário, por isso, investigá-la. Acerca dessa tarefa, Foucault diz:

o papel da teoria hoje me parece ser justamente esse: não formular a sistematicidade global que coloca tudo no lugar; mas analisar a especificidade dos mecanismos de poder, perceber as ligações, as extensões, construir pouco a pouco, um saber estratégico (FOUCAULT, 2010, p. 205).

Dessa forma, Foucault e Deleuze chegam ao consenso de que a teoria e a prática política não devem ser totalizantes. Para os autores, a teoria funciona como um instrumento, elaborado a partir da reflexão histórica de situações dadas. Teoria e prática atuam em um revezamento, e não como aplicação.

Foucault e a crítica ao programa político: a necessidade da experiência alteradora

Na trajetória de Foucault, teoria e prática sempre estiveram fortemente associadas. Vinculado a movimentos e grupos de esquerda, Foucault foi um militante presente e atuante nas questões de seu tempo. Prova disso foi a participação do autor na criação do GIP. No entanto, Foucault nunca atuou em nome de um programa ou partido político, pelo contrário, o autor sempre criticou a prescritividade presente na ideia de programa político. A partir da crítica de Foucault a prescrições normativas, podemos levantar a seguinte pergunta: em que consiste a ameaça de estabelecer um programa político?

Em uma entrevista de 1982, Foucault afirma que uma das lições derivadas das experiências políticas do século XX é a compreensão de que as coisas nem sempre acontecem como pré-estabelecidas em um programa político, o que muitas vezes conduz ao abuso de poder ou à dominação (FOUCAULT, 2004, p. 275). As prescrições normativas de um programa interrompem as possibilidades de criação, limitam a reversibilidade das relações de poder para,

muitas vezes, dar lugar a uma situação de dominação. Dessa forma, a ação precisa se libertar de qualquer prescrição normativa que limite o campo de ação do sujeito, o que não significa que devemos atuar sem nenhum parâmetro. “A função do pensamento segue sendo vital para identificar territórios em que se desenvolvem formas de resistência, mesmo que isso não signifique unificar a dissidência sob uma proposta universal de uma solução de transformação” (ORELLANA, 2012, p. 55). Por isso, “pode ser algo útil e criativo que as lutas careçam de um programa, no entanto isto não pode significar a suspensão da reflexão” (ORELLANA, 2012, p. 55). Esta seria a vantagem de uma ação política que tenha outros horizontes para além de um programa político.

O programa político caracteriza-se por conter um ideal de mundo e uma proposta de modificação global e universal, o que se afasta completamente da concepção ascética da política sustentada por Foucault. O objetivo desta última está no trabalho específico que o sujeito realiza sobre si mesmo, diante da possibilidade de mudança da própria subjetividade e do modo como é conduzido. Uma mudança, portanto, que implica também a modificação do mundo exterior: a autoelaboração faz com que o sujeito e o poder se alterem indefinidamente. “Isto implica, sem dúvida, em uma mudança ostensiva na concepção de revolução, que deixa de ter como base uma antropologia que concebe o homem como portador de uma liberdade originária e ao poder como uma estrutura que o priva da propriedade” (ORELLANA, 2012, p. 58). Dessa forma, todo tipo de resistência e sublevação são pensados por Foucault para além de qualquer programa político pautado na concepção clássica de revolução.

Segundo Higuiera (1999, p. 209), “a sublevação não é uma negação dialética que prolonga a linha do tempo, mas uma elevação por sobre o que domina”. Por isso, Foucault não enxerga a revolução como um projeto político universal que levará a humanidade a um outro modo de vida, mas como uma força capaz de unir pessoas em torno de objetivos em comum. Essa força pode vir de um descontentamento geral, ou de uma vontade compartilhada por indivíduos de uma sociedade.

A eliminação dos critérios normativos da ação política permite localizar, no jogo da ação dos sujeitos um sobre os outros, uma infinidade de experiências e possibilidades de realização. Essa concepção do político está ancorada na ideia de criar novas formas de conduta. A atitude crítica não possui nenhum critério normativo ou utópico, “pelo contrário, se evidencia como uma possibilidade próxima e empírica, que passa por nós e por nossa configuração como sujeitos éticos” (ORELLANA, 2012, p. 55). Dessa forma, no campo ético-político, Foucault elabora o conceito de atitude crítica em dissonância com qualquer conteúdo normativo que

limite e ajuste a conduta dos sujeitos, isto é, o autor busca conservar o âmbito da invenção de novos tipos de relações.

Para Orellana:

abandonar a ideia de um programa político implica, também, distanciar-se do relato utópico e seu salto qualitativo rumo um estado de perfeição futura da sociedade. As utopias, que desempenharam um papel determinante na cultura ocidental, são grandes narrativas que perseguem nosso consolo no presente, em função de um porvir idealizado (ORELLANA, 2012, p. 58).

Dessa forma, frente ao conteúdo universalizador das utopias revolucionárias, Foucault propõe uma política de conquistas parciais, locais, incertas, frágeis e provisórias, afirma Eribon (2008). Segundo Orellana (2012, p. 58), “esta política deixaria a mitologia típica do utopismo, do tudo ou nada, para se concentrar sobre a tarefa de deslocar os limites que nos são impostos, ampliando-se as possibilidades de liberdade”.

O que Foucault rejeita na utopia é a imagem de uma sociedade futura que guiaria o homem em direção a uma liberdade por vir, a uma felicidade que sabemos que nos é de direito e que está garantida. Na utopia existe a ideia de que o futuro já está dado, de que não deve então ser inventado, pois já existe na forma de uma representação. Essa imagem totalizadora do futuro é precisamente o que falhou no socialismo e no capitalismo, incapazes de problematizar questões como as condutas e as contracondutas dos homens. Precisamente, Foucault não acredita em teorias totalizadoras e processos de liberação definitiva, pois a liberdade é da ordem da experiência ou da prática, e não da “utopia representacional”.

Por mais que Foucault se refira à utopia de modo pejorativo, o conceito ganha um sentido próprio e específico na obra do autor francês. O autor não fala de utopia no sentido clássico do termo, mas de experiência utópica. “A utopia é a vontade de transformação, uma experiência alteradora, uma experiência de liberdade dentro da ordem existente” (LAVAL, 2018, p. 103). A utopia é uma experiência, individual ou coletiva, em que o que está em jogo é a dissolução das condições mesmas de possibilidade de uma época. A ideia de transformação ganha diferentes formas ao longo da obra foucaultiana: resistência, contraconduta, revolução, levantes, práticas de liberdade. Todos esses termos designam, de diferentes modos, a mudança de uma ordem existente, de uma prática de poder não como como processos totalizantes de liberação, mas como práticas de liberdade.

As práticas de liberdade têm por objetivo defender a autonomia do sujeito através de transformações sobre si mesmo e sobre seu universo relacional. Na filosofia foucaultiana, as práticas de liberdade não são formas de exclusão do poder, mas, antes, um exercício de

modificação e superação das relações de poder que tem por objetivo limitar a relação do sujeito consigo mesmo e impor identidades e modos de existência. “A questão central não é saber se uma cultura isenta de restrições é possível ou desejável, mas se o sistema de repressões dentro do qual uma sociedade funciona deixa os indivíduos livres para transformar esse sistema” (FOUCAULT, 1994, p. 327). As práticas de liberdade não têm por objetivo eliminar todas as modalidades de poder, mas fazer com que estas se desloquem e se modifiquem indefinidamente.

A experiência utópica, como pensada por Foucault, é uma prática alteradora, um constante processo de enfrentamento dos mecanismos de poder e criação de si, isto é, um exercício de desidentificação e reinvenção. Este exercício tem por objetivo cuidar do espaço estratégico das relações de poder para que estas não se solidifiquem como formas de dominação.

Em suma, Foucault sempre manteve uma desconfiança e procurou desvincular-se de todos os projetos modernos de liberação definitiva do homem, tais como humanismo, socialismo e anarquismo, como se ele “desconfiasse das projeções imaginárias em direção a uma sociedade ideal que carregasse nela as grandes ideologias e doutrinas políticas” (LAVAL, 2018, p. 106). Assim, pode-se dizer que Foucault substituiu a utopia pela experiência utópica, ou seja, pela necessidade de alteração das relações de poder.

Considerações finais

Foucault e Deleuze chegaram a alguns consensos sobre teoria e prática em *O intelectual e o poder* (2014). Em primeiro lugar, Deleuze afirma que os conceitos filosóficos são como caixas de ferramentas que nos auxiliam na interpretação da atualidade. Foucault completa o raciocínio ao sustentar que a função da teoria é descrever um acontecimento, indicar formas de resistência e possibilidades de transformação. Portanto, pensamento e prática são atividades complementares e têm por finalidade a crítica do presente.

Em relação ao papel do intelectual nas lutas cotidianas, Foucault defende que a fala do filósofo não deve ser normativa. O papel de um intelectual não é o de dizer aos outros o que eles têm de fazer. A tarefa do intelectual reside em apresentar o campo de possibilidades existentes. A função que Foucault atribui ao intelectual está inteiramente ligada à sua concepção da filosofia como uma prática de problematização da atualidade. O intelectual que interroga o presente deve ter por função “mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que elas pensam, que elas têm como verdade para evidenciar alguns temas que foram fabricados em um

momento particular da história e que essa pretendida evidência pode ser criticada e destruída” (FOUCAULT, 2017, p. 157). Mais do que apontar uma solução, a função do intelectual hoje é questionar os dispositivos de poder e as estratégias de resistência.

Referências

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DOSSE, François. Os engajamentos políticos de Gilles Deleuze. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 151-170, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/24120/16151>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Estratégia, poder-saber. 2.ed. Tradução de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Dits et écrits*. V.4. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Dits et écrits II: 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

_____. *Microfísica do poder*. 15 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

_____. The return of morality. In: KRITZMAN, Lawrence (Ed.). *Michel Foucault: Politics philosophy culture interviews and other writings 1977-1984*. New York: Routledge, Chapman & Hall, p. 242–254, 1998b.

HIGUERA, Javier de la (1999). *Michel Foucault: la Filosofía como crítica*. Granada: Comares.

KRAEMER, Celso. *A ontologia como uma possibilidade em Michel Foucault*. In: Synesis, Petrópolis: v.6, n.1, p. 12-25, 2014.

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. Tradução de Lorena Balbino. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. *A ética da resistência*. Ecopolítica, n. 2, pp. 37-63, 2012.

SOLER, Rodrigo Diaz Vivar. *O estatuto do intelectual específico em Michel Foucault*. Barbarói (UNISC. Online), v. 37, p. 215-234, 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1938>>. Acesso em: 05 abr. 2023.